**BNDES COMO MOTOR DE DESIGUALDADE A CUSTA DA SOCIEDADE: Um breve resumo da atuação do banco no financiamento de empresas**

**Caio Roriz de Amorim [[1]](#footnote-1)**

**Márcio Dourado Rocha [[2]](#footnote-2)**

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discutir o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como um banco público, buscando evidenciar sua atuação como provedor de recursos junto a empresas no intuito de obtenção de retorno econômico e social. Preliminarmente realizou-se pesquisa qualitativa por meio de estudo bibliográfico acerca da utilização desses recursos quanto aos seus fins, elaborando um sólido referencial teórico que investigou os pressupostos da atuação de bancos públicos e, posteriormente, aplicou-se pesquisa quantitativa por meio de pesquisa de campo junto a empresários da cidade de Anápolis-GO, verificando in loco, através de amostragem aleatória simples, a efetividade do financiamento público de atividades empresariais, discutindo os resultados e apresentando considerações finais sobre a aplicação da pesquisa nos moldes da metodologia proposta, buscando responder à questão relacionada ao privilégio ou não, pelo BNDES, de determinada classe ou categoria de empresários em detrimento de outras mais necessitadas de capital a baixo custo.

**PALAVRAS-CHAVE**

BNDES; Custo de Capital; Financiamento Público; Desigualdade.

**INTRODUÇÃO**

 Em todo o mundo, os bancos de desenvolvimento (BD) são peça fundamental para as políticas econômicas de qualquer país. “Um banco de desenvolvimento orienta a poupança institucional disponível para um projeto de economia nacional” (LESSA, 2017, online). Logo, os ganhos na eficiência alocativa do Estado se apresentam como a principal justificativa para a existência de um BD (GREENWALD; STIGLITZ, 1986).

 No Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atua desde 1952, ano de sua criação, como o banco de desenvolvimento do país. Seu papel foi se alterando ao longo dos anos, pois serviu de apoio às mais variadas propostas do governo, onde muitas destas foram alvo de duras críticas por renomados especialistas e economistas como Roberto Castello Branco, pesquisador do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da Fundação Getúlio Vargas.

 Branco (2017, p.5) afirma que o desempenho de um BD “não deve ser medido pelo tamanho de seus ativos, mas pela qualidade de suas operações, focadas em casos em que os retornos para a sociedade excedem os retornos privados”. Dessa forma, fica evidente que as atividades de um BD devem sempre anteferir o retorno social ao privado, porém a recente política do banco segue contrariando tal lógica.

 Até o primeiro trimestre de 2017, o BNDES gastou R$ 1,2 trilhão para criar grandes companhias nacionais (LIMA, 2017). Esta política desenvolvimentista criada no governo Lula, qualificava tais companhias como “campeãs nacionais”. Dessa forma, o governo direcionou crédito subsidiado a empresas e pessoas que poderiam buscar recursos no mercado, alimentando um mecanismo espoliativo à custa da sociedade que o sustenta.

 De acordo com o BNDES (2019, online), 71,9% da sua fonte de recursos em 30 de junho de 2019 provêm de capital do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)/PIS-PASEP, que representam 37,8% do total de recursos, e do Tesouro Nacional, que representa 34,1% do total de recursos. Isto quer dizer que a maior parte do dinheiro entregue a essas grandes empresas originou-se dos encargos sociais que incidem sobre a folha de pagamento das empresas e dos impostos pagos ao governo pela população.

 Portanto, é provável que tal política possa ter aumentado a concentração de mercado e avolumado a desigualdade de renda, tomando dinheiro do menos favorecido em benefício dos grandes (BRANCO, 2017). Nesse sentido, a abertura do que se chamou de “caixa-preta do BNDES” só confirmou o funcionamento desse mecanismo descarado de transferência de renda, onde o presidente do banco apresentou à sociedade a relação dos dez maiores negócios de compra e venda de jatinhos que contaram com o financiamento subsidiado do banco.

 À vista disso, enquanto estes privilegiados “amigos do governo” receberam aproximadamente R$700 milhões em subsídios do governo para a aquisição de suas aeronaves (PAMPLONA, 2019), a taxa de mortalidade de empresas só tem aumentado nos últimos anos (SEBRAE, 2016). O estudo do SEBRAE (2016) diz ainda que mais da metade das baixas foram entre os pequenos negócios, formados pelas microempresas e empresas de pequeno porte.

 Um estudo publicado pelo SEBRAE (2018) apresenta estes pequenos negócios como responsáveis por 52% dos empregos formais do país, apontando ainda que a ausência de capital para a manutenção e expansão de tais negócios é a principal causa de mortalidade dos mesmos, sendo que tal capital, quando disponível, geralmente possui um custo acima das médias da margem de lucratividade das empresas.

 Por tudo isso, o presente estudo buscou tratar o papel do BNDES como um banco público com o intuito de evidenciar o cumprimento ou não de seu papel como financiador da atividade produtiva de interesse nacional, a princípio efetuando estudo bibliográfico acerca da utilização desses recursos quanto aos seus fins, e em seguida, realizando pesquisa de campo junto a empresários da cidade de Anápolis-GO, objetivando investigar a efetividade do financiamento público de atividades empresariais.

**REVISÃO DA LITERATURA**

A revisão da literatura do presente estudo foi estruturada em cinco tópicos, a saber: Economia e Estado; Os Bancos de Desenvolvimento e seu papel; BNDES; Fontes de recursos, expansão e subsídios; Empresariado brasileiro e a necessidade de financiamento.

**ECONOMIA E O ESTADO**

 O liberalismo consiste em uma doutrina político-econômica que defende a manutenção das relações econômicas existentes entre os indivíduos sem a intervenção do Estado (FERREIRA, 2010). Dias e Rodrigues (2004, p.65) apresentam o raciocínio de Adam Smith, iluminista reconhecido como um dos grandes defensores dessa linha de pensamento, de que “se os homens e as mulheres forem deixados livres para buscar seus próprios e legítimos interesses, eles vão naturalmente agir favorecendo o melhor para a sociedade”.

 Alicerçado nessa ideia, Lima (2017, p.30) apresenta uma das teorias de Smith, de que:

não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses. Apelamos não à humanidade, mas ao amor próprio, e nunca falamos de nossas necessidades, mas das vantagens que eles podem obter.

 A partir disso, Smith define o conceito de “mão invisível”, que denota a capacidade autorregulatória dos agentes econômicos. Este termo refere-se basicamente à base da filosofia de equilíbrio de mercado em livre concorrência, onde o mecanismo de preços seria o regulador da economia (DIAS; RODRIGUES, 2004).

 Há, porém, estudiosos contrários à liberdade desenfreada do mercado, como John Maynard Keynes, que estudou os desajustes econômicos do início do Século XX e defendia a intervenção do Estado como forma de proteção da livre iniciativa (KEYNES, 1996). Desse modo, a livre interação dos agentes econômicos acaba gerando distorções negativas, denominadas pela microeconomia como “falhas de mercado” (VARIAN, 2015).

 Sendo assim, a intervenção estatal se mostra conveniente, a fim de promover o bem estar geral. Logo, em economias pouco desenvolvidas, como a brasileira, onde se falta quase tudo para o perfeito funcionamento dos mecanismos de mercado, argumenta-se que a intervenção do Estado é necessária em múltiplas atividades da economia, sendo tais defesas objeto de profusos debates no campo econômico, político e ideológico (BNDES, 2017).

 Por conseguinte, os bancos de desenvolvimento se apresentam como importante recurso para atacar tais falhas de mercado, pois o setor privado acaba não se interessando por esse tipo de negócio, prezando exclusivamente o retorno financeiro de suas operações (SETTI, 2019).

**OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E SEU PAPEL**

 As circunstâncias para que os Estados nacionais abandonassem as doutrinas econômicas liberais promovidas pelos países ocidentais foram originadas pela Grande Depressão de 1929, nos Estados Unidos da América (FILHO; COSTA, 2013, p.10). Herbert Hoover, então presidente, vivenciando a radical queda da atividade econômica norte americana, enxergou na criação de instituições financeiras públicas, que posteriormente se transformaram em bancos de desenvolvimento, a possibilidade de financiar o investimento privado de longo prazo, necessário à recuperação do país (ROQUE, 2017).

 Desde então, os BD’s se tornaram fortes instrumentos de direcionamento de crédito “a partir dos quais os Estados nacionais comandariam o financiamento em longo prazo de seus programas nacionais de desenvolvimento” (FILHO; COSTA, 2013, p.11). Em economias subdesenvolvidas como a brasileira, a atenção era voltada às empresas de menor porte não atendidas pelos bancos comerciais e setores considerados prioritários pelo governo, como infraestrutura e a indústria de base (IEDI, 2017).

 De acordo com o BNDES (2018, online), os bancos de desenvolvimento são instrumentos demasiadamente presentes nas políticas econômicas mundiais. Eles estão presentes em diversos países, sejam desenvolvidos, como Alemanha e França, ou em desenvolvimento, como o Brasil.

**BNDES**

 Criado em 1952, durante o segundo governo Vargas, tinha a responsabilidade de alimentar o desenvolvimento do país, inicialmente por meio do Plano de Reaparelhamento Econômico. (BNDES, 2017, online). Dessa forma, impulsionou uma política de industrialização, tendo como prioritários os setores de energia e transporte (MEMÓRIA BNDES, 2014, online).

 Mais tarde, ainda na década de 50, o banco teve papel fundamental na elaboração e no cumprimento do Plano de Metas dos “50 anos em 5” do presidente Juscelino Kubitschek. Sendo assim, foram financiados ao todo 46 projetos com o auxílio do banco (MEMÓRIA BNDES, [S.I.], online).

 Kojikovski (2016, online), aponta o banco como determinante no processo de modernização industrial pelo qual o Brasil passou durante a década de 1960. Diz ainda que durante os governos militares, até 1980, ajudou substancialmente na expansão da infraestrutura brasileira.

 A partir desse período, a preocupação social tomou conta das políticas desenvolvimentistas da época, fazendo com que o banco passasse a atuar em áreas como o desenvolvimento social e urbano e a inclusão social (BNDES, 2017). Já nos anos 1990, o banco se mostrou crucial aos processos de abertura econômica e privatização (KOJIKOVSKI, 2016).

 Desde então, a partir dos anos 2000, o BNDES se propôs a agir mais coerentemente com a vertente social que o banco incorporou em 1982, que é “promover a competitividade da economia brasileira, de forma agregada a sustentabilidade, à geração de emprego e renda e à redução das desigualdades sociais e regionais” (BNDES, 2019, online).

**FONTES DE RECURSOS, EXPANSÃO E SUBSÍDIOS**

 O BNDES dispõe de diversas fontes de recursos oriundas do esforço coletivo da população, como o Tesouro Nacional (TN), FAT/PIS-PASEP, captações externas, patrimônio líquido e outras fontes governamentais. De acordo com o BNDES (2019, online), os recursos do FAT e do TN representam nada menos que 75% do total de recursos do banco.

 A partir de 2008, o TN iniciou a concessão de empréstimos ao BNDES objetivando diminuir os impactos gerados pela crise mundial (BNDES, 2018, online). Para Kojikovski (2016, online), “o maior problema do BNDES na última década foi manter os créditos subsidiados mesmo após o final da crise de 2008”. O valor total emprestado pelo Tesouro foi de aproximadamente R$416 bilhões entre 2008 e 2014 (BNDES, 2018, online).

 Dessa forma, o banco expandiu bastante sua oferta de crédito a partir de 2007, aumentando sucessivamente ao longo dos anos o volume de seus desembolsos. A política de “campeões nacionais” formulada pelo ex-presidente Lula serviu de justificativa para tais desembolsos.

 O BNDES nunca emprestou tanto como nesse período (2007-2015). Cruz (2013, online) diz que “boa parte de seu crédito barato, em vez de estimular a inovação, serve para grandes grupos fazerem mais do mesmo – às vezes, com resultados desastrosos”. Menciona ainda que o povo brasileiro é dono de parte de grandes empresas como JBS, Bom Gosto, AMBEV, Braskem, Lojas Americanas, Klabin S/A dentre outras, pois o dinheiro emprestado a essas gigantes advém justamente dos impostos pagos pelo já surrado contribuinte.

 Portanto, em entrevista a revista Época (2017, online), Sérigio Lazzarini afirma que o banco deixa prevalecer critérios ideológicos e políticos sobre os técnicos na hora de conceder empréstimos. Prova disso, Campana (2015, online) aponta obras internacionais financiadas pelo BNDES em ditaduras que possuem alguns dos piores riscos de crédito do mundo, como Cuba, Venezuela e Moçambique.

 Logo, muitos economistas se perguntam sobre qual é, ou deveria ser, o papel do BNDES. Kojikovski (2016, online), acredita que “depende do momento econômico do país e do cenário mundial”. Porém, não concorda com a recente política adotada pelo banco. Em consoante, Branco (2017, online) afirma que, nos últimos anos, “ao priorizar o financiamento subsidiado a empresas de maior porte, o BNDES concorreu para aumentar a concentração de mercado e provavelmente para a ampliação da desigualdade de renda”.

 O dicionário Aurélio (2010), define subsídio como benefício, que denota “vantagem que se consegue tirar de alguma coisa”. E é dessa forma a relação existente entre algumas grandes empresas com o Estado (BRANCO, 2017, online). Para Kojikovski (2016, online), a inviabilidade de novos entrantes – setor privado – no seguimento de crédito de longo prazo se dá, justamente, devido ao financiamento com crédito muito abaixo do valor de mercado. Branco (2017, online), acredita ainda que a sustentabilidade pública se intensifica a medida que mais crédito subsidiado é ofertado.

**EMPRESARIADO BRASILEIRO E A NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO**

 No Brasil, uma a cada quatro empresas se fecha em menos de dois anos (SEBRAE, 2016, online). A pesquisa divulgada pelo SEBRAE (2016) mostra ainda que a falta de capital se encontra como a segunda maior dificuldade enfrentada no primeiro ano e o crédito mais facilitado como a terceira maior utilidade para evitar seu fechamento.

 Fernandes e Tomazzeli (2017, online), afirmam que “os pequenos negócios, responsáveis por 27% do PIB brasileiro, estão com dificuldades para conseguir empréstimos do BNDES”. Por mais que esses negócios detenham grande percentual de representatividade na economia brasileira (SEBRAE, 2015), mais da metade dos empresários decidem não realizar um financiamento privado em decorrência da taxa de juros ser desvantajosa (SEBRAE, 2017, online).

**DISCUSSÃO**

Os métodos utilizados para a produção deste trabalho foram o bibliográfico e de pesquisa de campo exploratória. Estes constituem uma abordagem quali-quantitativa de pesquisa, objetivando a realização de um estudo mais conciso e aprofundado sobre o tema.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Medeiros (2010, p.38) afirma que se caracteriza como documentação indireta. Sendo assim, ela consiste na reunião de todas as informações e dados necessários para a construção da análise partindo de determinado tema. “É aquela que busca o levantamento em livros, e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada” (MEDEIROS, 2010, p.38).

Sobre a pesquisa de campo, “é aquela em que o pesquisador, através de questionários, entrevistas, protocolos verbais, observações, etc., coleta seus dados, investigando os pesquisados no seu meio” (PRESTES, 2002, p.17).

Para pesquisa de campo, que envolve metodologia qualitativa, preliminarmente foi realizado o cálculo do tamanho mínimo da amostra. Os cálculos estão apresentados a seguir:

**n = [Z².p.(1-p)/e²] / 1+[Z².p.(1-p)/e².N]**

Onde:

N – Tamanho da população pertencente à pesquisa (9608)

n – Tamanho da amostra

Z – Grau de confiança em desvios padrões (1,65 ou 90%)

e – Margem de erro máxima permissível (9%)

p – Proporção que desejamos encontrar no cálculo (50/50)

Dessa forma, o tamanho da amostra representa 9608 empresas registradas em Anápolis-GO (total de empresas registradas até a última pesquisa do IBGE no ano de 2017), e a margem de erro máxima permissível pelo pesquisador é 0,09.

n= [(1,65)².0,5.(1-0,5)/(0,09)²] / 1+[(1,65)².0,5.(1-0,5)/(0,09)².9608]

n= (0,680625/0,0081) / 1+(0,680625/77,8248)

n= 84,0277778 / 1+0,00874561

n= 84,0277778 / 1,00874561

n= 83,3

 Dessa forma, foram entrevistados 88 empresários da cidade de Anápolis-GO por meio da plataforma de questionários do Google, não demonstrando qualquer dificuldade na utilização da ferramenta por parte do autor.
 Sendo assim, através do questionário, percebeu-se que o BNDES não cumpre seu papel no atendimento à atividade empresarial Anapolina, principalmente em relação aos pequenos negócios. Foi possível perceber que, como na maioria dos estados brasileiros, esses pequenos negócios ainda encontram dificuldades no acesso ao crédito.

 Como prova disso, os empresários foram questionados se utilizam capital de terceiros, onde mais da metade afirmou não utilizar. Foi interessante notar que 76,59% destes são donos de pequenos negócios.

 Eles também foram questionados sobre os motivos que os levam a não utilizar capital de terceiros, e os altos juros cobrados pelos bancos se mostraram como a principal causa.

 Foi possível perceber também que todos os empresários sabem o que é o BNDES, porém quase 100% destes declararam nunca ter utilizado os recursos do banco. Dentre os cinco que declararam já ter utilizado, quatro são grandes empresas e uma é média empresa. Dessa forma, a hipótese de que o banco pretere o atendimento aos grandes se confirmou.

 Verificou-se também que a maior parte dos empresários acredita que o BNDES é uma instituição voltada majoritariamente a empresas “amigas do governo” e que nenhum deles apontou as pequenas e médias empresas como resposta. Em consoante, a maioria considera que o banco é uma instituição para favorecer determinados empresários.

 Por fim, constatou-se que a maioria dos entrevistados acredita que o BNDES deve financiar todo e qualquer empresário que tiver projetos consistentes, independentemente do porte da empresa e que, por mais que a história do banco esteja manchada atualmente, quase 80% dos empresários acredita que o Brasil necessita de um banco de desenvolvimento.

 Desse modo, foi possível perceber que apesar de necessitarem de crédito e conhecerem o BNDES, os empresários componentes da amostra não o utilizam como fonte de capital para investimento e geração de emprego, demonstrando que o banco não tem cumprido com o seu papel estatutário.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

 Diante do que foi exposto, o entendimento do papel de um banco de desenvolvimento nacional fica mais claro. Dessa forma, também é possível perceber a lacuna existente entre a missão do banco e sua real atuação, mais precisamente na cidade de Anápolis-GO, onde os empresários veem o BNDES como algo importante, porém muito distante de seu cotidiano.

 A ineficiência do BNDES no cumprimento de sua missão, verificada na pesquisa de campo, confirma a hipótese de que há a transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos, ao se verificar que há concentração de crédito concedido às grandes empresas enquanto há escassez do mesmo junto à grande massa do empresariado.

 No momento em que um banco de fomento com viés social elege majoritariamente direcionar crédito subsidiado a grandes empresas, coopera para a manutenção do alto spread bancário da economia e concorre para o atrofiamento do mercado de capitais, percebe-se que, no final, muitos estão sendo obrigados a pagar o privilégio de poucos.

 Logo, este molde de atuação do banco nos últimos anos antefere o retorno privado ao social e alimenta um mecanismo espoliativo à custa da sociedade, confirmando o pensamento de Smith, apresentado por Lima (2017), em que ele afirma que há injustiça no fato de toda a sociedade contribuir para o custeio de uma despesa cujo benefício recai apenas para uma parte dessa sociedade.

**REFERÊNCIAS**

BNDES. **5 diretrizes para o presente e o futuro dos bancos de desenvolvimento**, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2qv7oKG>. Acessado em: 07 de novembro de 2019.

BNDES. **BNDES e o Tesouro Nacional**, 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/divida-tesouro>. Acessado em: 22 de maio de 2019.

BNDES. **Criação do BNDES: um olhar histórico**, 2017. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/65_anos>>. Acessado em: 08 de outubro de 2019.

BNDES. **Fontes de recursos,** 2019. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/fontes-de-recursos>>. Acessado em: 6 de novembro de 2019.

BNDES**. Quem somos**, [S.I.]. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>>. Acessado em: 11 de novembro de 2019.

BRANCO, Roberto Castello. **Qual é o papel do BNDES?**, 2017. Disponível em: <https://www.revistari.com.br/214/1249>. Acessado em: 14 de maio de 2019.

CAMPANA, Fábio. **BNDES, o banco camarada**, 2015. Disponível em: <<https://fabiocampana.com.br/2015/06/bndes-o-banco-camarada/>>. Acessado em: 23 de outubro de 2019.

CRUZ, Patrick. **O BNDES é bom pra quem?,** 2013. Disponível em: <https://www.exame.abril.com.br/revista/exame/o-bndes-e-bom-pra-quem/amp/>. Acessado em: 16 de maio de 2019.

DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. **Comércio Exterior – Teoria e Gestão**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2004.

ÉPOCA. Sérgio Lazzarini**: “Passa no crivo do BNDES quem menos precisa”**, 2017. Disponível em: <https://www.epoca.globo.com/politica/noticia/2017/06/sergio-lazzarini-passa-no-crivo-do-bndes-quem-menos-precisa.html>. Acessado em: 24 de outubro de 2019.

FERNANDES, Adriana; TOMAZZELI, Idiana. **Bancos travam crédito do BNDES para pequenas empresas**, 2017. Disponível em: <https: <www.economia.estadao.com.br/noticias/geral,bancos-travam-credito-do-bndes-para-pequenas-empresas,70001894073>. Acessado em: 23 de outubro de 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

FILHO, Hernani T. T.; COSTA, Fernando N. da. **Financiamento de longo prazo no Brasil: um mercado em transformação**. 1843 Texto para discussão – IPEA, Rio de Janeiro, 2013.

GREENWALD, Bruce; STIGLITZ, Joseph. **Externalities in economies with imperfect information and incomplete markets**. The Quarterly Journal of Economics, Oxford, v. 101, n.2, p. 229-264, 1986.

IEDI. **Relevância e atualidade dos bancos de desenvolvimento**, 2017. Carta IEDI, nº 882. Disponível: <HTTPS?//iedi.org.br/cartas/carta\_iedi\_n\_822.html>. Acessado em: 08 de outubro de 2019.

KEYNES, J. M.. **Os Economistas – A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

KOJIKOVSKI, Gian. **Qual é afinal, o papel do BNDES?,** 2016. Disponível em Revista Exame: <https://exame.abril.com.br/economia/qual-e-afinal-o-papel-do-bndes/>>. Acessado em: 12 de maior de 2019.

LESSA, Carlos. **A ideia de banco de desenvolvimento está sendo substituída pela ideia de banco de investimento**. Rio de Janeiro, Jornal dos Economistas, n.334, 2017.

LIMA, Leonardo de Siqueira. **Análise: BNDES gastou R$1,2 tri com empresas “amigas”, como JBS e BRF,** 2017. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/03/21/analise-bndes-gastou-r-12-tri-com-empresas-amigas-como-jbs-e-brf.htm>>. Acessado em: 6 de novembro de 2019.

LIMA, Norberto de Paula. **A Riqueza das Nações: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações** – 3º Edição – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica – A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. São Paulo, Editora Atlas S.A., 11º Edição, 2010.

MEMÓRIA BNDES. **Linha do tempo – BNDES**, [S.I.]. Disponível em: <https://www.memoriabndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\_pt/Hotsites/Projeto\_Memoria/linha-do-tempo.html>. Acessado em: 12 de maio de 2019.

PAMPLONA, Nicola. **BNDES divulga quem comprou avião com juro subsidiado: veja lista**, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/bndes-divulga-quem-comprou-aviao-com-juro-subsidiado-veja-lista.shtml>. Acessado em: 22 de outubro de 2019.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia** – 1 ed.– São Paulo: Rêspel, 2002.

ROQUE, Leandro. **Sobre a crise de 1929 e a Grande Depressão – esclarecendo causa e consequência**, 2017. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/2594/sobre-a-crise-de-1929-e-a-grande-depressao--esclarecendo-causa-e-consequencia>. Acessado em: 21 de outubro de 2019.

SEBRAE. **Estudo de mercado: Pequenos negócios em números**, 2018. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e87943633447510VgnVCM1000004c210aRCRD>. Acessado em: 21 de outubro de 2019.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Participação das micro e pequenas empresas na economia**, 2015. Disponível em: <https://www.observatorio.sebraego.com.br/midias/downloads/01042015153936.pdf>. Acessado em: 22 de outubro de 2019.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil**, 2016. Disponível em: <https:// datasebrae.com.br/sobrevivência-das-empresas/>. Acessado em: 21 de outubro de 2019.

SETTI, Rennan. **Montezzano assume BNDES com a missão de reduzir dependência do banco, que responde por 50% do crédito de longo prazo, 2019**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/montezano-assume-bndes-com-missao-de-reduzir-dependencia-do-banco-que-responde-por-50-do-credito-de-longo-prazo-23810623>>. Acessado em: 11 de novembro de 2019.

VARIAN, Hal R.. **Microeconomia – uma abordagem moderna.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 9º Edição, 2015.

1. Caio Roriz de Amorim. Curso de Administração do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: caio.roriz@outlook.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Márcio Dourado Rocha. Curso de Administração do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA. E-mail: marcioans@hotmail.com [↑](#footnote-ref-2)